

----- A C T A N . º
08-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
14 NOVEMBRO DE 2008-----Aos 14 dias do mês de Novembro de 2008,
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão extraordinária,
no Auditório Municipal, sito na Avenida 5 de Outubro, nesta cidade, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade
municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**2.º Ponto** – Análise e votação dos Estatutos da Instituição da Comunidade Intermunicipal do
Oeste, em cumprimento do n.º 1 do art.º 4.º da Lei 45/2008, de 27/08 em conjugação com a alínea
m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**3.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas
– 1.º Semestre 2008 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e
Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos
E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua
actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação do projecto de Regulamento do Programa de Apoio ao
Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para construção de Pavilhão
Industrial – Alto do Seixinho – Freguesia da Ponte do Rol – requerido por Santos e Santos Lda, -
Processo de Obras LI 6/2008, em cumprimento no n.º 3 do art.º 130 .º do PDM em
vigor;-----

-----**6.º Ponto** - Ratificação de Declaração de interesse Municipal para Instalação
de Aterro - Casal da Bombarda – Freguesia A-dos Cunhados, requerido por Befesa Gestion de
Resíduos Industriales SL – Requerimento n.º 21834/04, em cumprimento da alínea h) do n.º 3 do
a r t . º 1 3 0 d o P D M e m
vigor.-----

-----**7.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Fileira Florestal do
Oeste, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**8.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Eden –
Associação para a promoção do Hidrogénio, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei
1 6 9 / 9 9 , d e 1 8 . 0 9 , n a s u a a c t u a l
redacção;-----

-----**9.º Ponto** -
Conhecer e tomar posição sobre o Relatório n.º 24/2008 – Acção de Fiscalização Concomitante no

âmbito da Empreitada de Construção da Avenida Poente – 2.ª Fase, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).----- Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:----- José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Ana Rita Pereira Antunes, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, Artur Manuel Silva Costa, Susana Maria Ribeiro Neves e Rui José Prudêncio.-----

Faltaram os membros Hugo Gerardo F. P. Silva Lucas, Mário das Dores Lopes, Nuno Ricardo Nunes Pereira e Horácio Orlando da Silva.

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 13 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO

1:-----Presente fax da Assembleia de Freguesia de Runa, de 28 de Setembro, a dar conhecimento da aprovação por

maioria de uma moção, relativamente ao encerramento dos CTT, na qual se demarca de qualquer decisão da Junta de Freguesia de Runa feito nesse sentido.-----

DOCUMENTO

2:-----Presente
ofício número 15686, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Outubro último, a dar conhecimento de ofício remetido à E.P – Estradas de Portugal, E.P.E.,relativamente à recuperação da EN9 – S. Pedro da Cadeira – Torres Vedras, e à necessidade de serem criadas quatro faixas de rodagem entre as rotundas da Fonte Grada e a entrada em Torres Vedras.-----

DOCUMENTO

3:-----Presente
ofício número 15804, de 15 de Outubro último, a dar conhecimento da correspondência trocada entre a Câmara Municipal e a E.P. – Estradas de Portugal, E. P. E., sobre a EN115-2.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

4:-----Presente e-mail enviado por Alfredo Reis, de 5 de Novembro, a informar que por motivos profissionais não poderá estar presente nesta sessão, e a solicitar a sua substituição ao abrigo do legislação em vigor.-----Foi convocada Ana Rita Pereira Antunes que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO

5:-----Presente carta de José Alberto Ferreira Menino, de 10 de Novembro, a informar que, por razões pessoais, estará ausente na data da realização da presente sessão, solicitando a sua substituição nos termos da lei em título.-----Foi convocada Cacilda da Silva e Costa.-----

DOCUMENTO

6:-----Presente e-mail de Cacilda da Silva e Costa, de 11 de Novembro último, a informar a sua indisponibilidade de estar presente nesta sessão extraordinária.-----Foi convocado, em sua substituição e encontrava-se presente Joaquim Manuel de Oliveira Gomes.-----

DOCUMENTO

7:-----Presente e-mail de Pedro Ribeiro Mucharreira, de 13 de Novembro, o qual por motivos profissionais solicita a

sua substituição nesta sessão.-----Foi convocado e encontrava-se presente Artur Manuel Silva Costa.----- **DOCUMENTO**

8:-----Presente e-mail, de António Carlos Nunes Carneiro, de 13 de Novembro último, a informar que por motivos pessoais, não poderá estar presente nesta sessão, solicitando a sua substituição ao abrigo do n o r m a t i v o e m título.-----Foi

convocada e encontrava-se presente Susana Maria Ribeiro Neves.----- **DOCUMENTO**

9:-----Presente e-mail de Luís Pedro Saldanha Miranda, de 13 de Novembro, a informar que estará ausente no dia 14 de Novembro pelo que não poderá participar na sessão, solicitando a sua substituição ao abrigo da lei.-----Foi convocado e encontrava-se presente Rui José Prudêncio.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 38 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

10:-----Presente ofício número 270, da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, de 21 de Setembro último, a informar que o seu presidente João António Gomes Varela foi, nos termos legais, substituído pelo Sr. Paulo Pedro na sessão ordinária realizada no dia 26 de Setembro.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

DOCUMENTO 11:-----

-----Presente ofício número 223/08, da Junta de Freguesia da Maceira, de 26 de Setembro, a informar que o seu presidente Francisco João da Fonseca Inácio não esteve presente no dia 29 de Setembro, na continuação da sessão iniciada em 26 de Setembro, devido ao facto de se realizar neste dia a Assembleia de Freguesia.-----

DOCUMENTO 12:-----

-----Presente carta de Horácio Orlando da Silva, Presidente de Junta de Freguesia de S. Maria e s. Miguel, de 12 de Novembro, a solicitar justificação à sua falta nesta sessão, em virtude de se encontrar, nesse mesmo dia a hora a representar a Junta que preside num evento anteriormente agendado.-----

DOCUMENTO

13:-----Presente e-mail, da Junta de Freguesia de Matacães, a informar que o seu presidente, Sr. Mário da Dores Lopes,

não poderá estar presente nesta sessão por motivos de doença.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia deliberou aceitar as justificações de falta apresentadas.-----

-----Teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

D I A M U N D I A L D O S

DIABETES:-----*A Sra. Dalila de*

Carvalho deu nota que foi com muito orgulho e uma certa comoção que observou a luz azul que ilumina a Igreja de Santa Maria do Castelo, tal como acontece, neste dia em muitos monumentos a nível mundial, como forma de Comemoração do Dia Mundial dos Diabetes, sendo bom saber que o concelho de Torres Vedras é sensível a este problema, que já atinge cerca de 600 mil portugueses.-----

Expressou o seu bem haja, alertando que há que investir na prevenção deste flagelo.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F E S T A S D A

CIDADE:-----*O*

Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, *Sr. Filipe Santos* endereçou à Câmara Municipal e à organização das Festas da Cidade os parabéns pela realização do 9.º almoço sénior inserido neste evento.-----

Igualmente manifestou a sua satisfação com o avultado número de inscrições que registou na junta que preside, e com o cuidado como tudo foi preparado para receber, sem problemas, os cerca de 3 0 0 0 i d o s o s q u e p a r t i c i p a r a m n e s t a confraternização.-----*O Sr. Presidente da Câmara*

agradeceu as palavras do autarca.-----*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*-----**REGULAMENTO DE**

ESTACIONAMENTO, CARGAS, DESCARGAS E REMOÇÃO DE VEÍCULOS

ABANDONADOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----*O Sr.*

João Bastos começou por lembrar que aquando da discussão do regulamento em título na última Assembleia, quando questionou sobre a marcação de estacionamento dos dois lados da Rua Conde Tarouca e Rua Dr. Carlos França, e se o mesmo não implicaria que os carros teriam que ocupar parcialmente os passeios, lhe foi respondido negativamente.-----*No*

entanto, posteriormente verificou que é impossível que os carros circulem numa faixa tão estreita, e que se soubesse nesse dia, não teria votado favoravelmente o documento.-----

Alertou também que presenciou na Rua Teresa de Jesus Pereira um munícipe em cadeira de rodas, obrigado a deslocar-se pelo meio da estrada, porque os carros estão estacionados em cima dos passeios.-----

-----Deste modo sugeriu que a autarquia fosse gradualmente colocando pins, de modo a criar hábitos de estacionamento noutros locais, devolvendo os passeios às pessoas.-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que na última sessão houve um erro de informação, uma vez que naquelas artérias não está previsto duas filas de estacionamento, mas apenas uma, que será efectivada quando o piso for requalificado.-----O membro **João Bastos**, fez notar que no regulamento estão previstas duas filas de trânsito para as ruas dos bairros novos, solicitando a devida atenção para o problema.-----Disse ainda que o edil não lhe respondeu quanto à sugestão de colocação de pins.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o Sector de Trânsito procede à colocação de pins todos os dias, e se esta zona ainda não foi contemplada, não foi por desconhecimento, mas porque se apresenta como um dos problemas mais difíceis de resolver na cidade.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO LARGO MARIANA LEAL –

ABRUNHEIRA:-----O Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, **Sr. Joaquim Espírito Santo**, deu nota que no passado dia 7 de Novembro foi inaugurado o largo em epígrafe, obra há muito desejada pela população da Abrunheira e agora tornada realidade.-----Salientou que apresenta um excelente enquadramento entre a igreja e a associação local, embelezando o espaço, tornando-o acolhedor e agradável e veio enriquecer o património, não só da freguesia, mas também do concelho.-----Por último referiu que se tratou de uma obra realizada através de uma parceria entre autarquias, agradecendo à Câmara Municipal a colaboração prestada.-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POLÍPTICO DA GUERRA PENINSULAR – LINHAS DE TORRES – PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES:

-----O **Sr. Flores da Cunha** questionou se o inquérito interno, sobre o desaparecimento de alguns quadros do políptico em epígrafe, já tinha apurado responsabilidades.-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o processo de averiguações ainda não está concluído. Disse ainda que o mesmo se devia ao facto de aguardar que o membro se disponibilizasse ou não para prestar declarações.-----O **Sr. Flores da Cunha** disse que não foi formalmente notificado para ser ouvido em processo interno da Câmara Municipal e que seria um grave precedente um membro do Órgão Deliberativo, que tem como

objectivo fiscalizar as acções do Órgão Executivo, ser ouvido pelo mesmo, quando o questionou sobre património que devia guardar.-----Assim, disse que quer ser formalmente convocado para, também formalmente, fazer seguir a notificação pelos tramites legais.-----

Manifestou também a sua disponibilidade para ser ouvido por uma comissão que a Assembleia Municipal nomeie para o efeito, embora nada mais tenha a acrescentar ao que disse quando inquiriu sobre os quadros pela primeira vez.-----

Lembrou ainda que há mais membros deste Órgão Deliberativo que fizeram parte do Executivo durante o período de tempo que o património em causa estava à guarda da autarquia e que provavelmente, terão algum conhecimento sobre o assunto.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que, aparentemente, ocorreu um extravio ou furto do património em questão e pretende-se o contributo das pessoas para se chegar à materialidade deste desaparecimento. O membro não é obrigado a prestar declarações e será ouvido apenas como uma pessoa que pode adicionar alguma informação útil para a investigação.-----Deste modo, se só quis denunciar o desaparecimento mas não quer colaborar, tem que o dizer para o processo.-----O

Sr. Flores da Cunha reiterou que quer colaborar, mas entende que enquanto membro da Assembleia Municipal não tem prestar declarações num processo interno da Câmara Municipal.-----Disse também que o edil estava a tentar personalizar o assunto e estava a intimidar os membros desde órgão que, ao denunciarem qualquer actividade da Câmara que lhes pareça menos correcta, tenham que ser ouvidos em processos internos.-----O

Sr. Presidente da Câmara fez notar que o que foi pedido ao membro também foi pedido aos Vereadores dessa altura. Se ele não quer prestar declarações o processo seguirá para a Polícia Judiciária. Com certeza que então responderá e terá uma atitude diferente da que até então estava a exhibir.-----

-----A encerrar a discussão deste assunto, o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, disse que se o processo for remetido para a Assembleia Municipal, e caso entenda necessário, sugerirá a criação de uma comissão.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANEAMENTO NA PONTE DO

ROL:-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** deu nota que nesta localidade, antigamente existia um sistema misto de saneamento, no qual todas as casas misturavam as águas pluviais dos telhados e

dos jardins com o saneamento básico. Presentemente está separado, mas apenas na parte pública, mantendo-se o mesmo sistema no interior das habitações.-----Deste modo alertou que, quando se intensificar o período das chuvas, as habitações vão ser inundadas pelas sanitas, já tendo dado conhecimento deste previsível problema aos SMAS.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que desviar as águas dos telhados não é uma competência da Câmara Municipal ou dos SMAS, mas de cada residente.-----O autarca *Pedro Vasa* defendeu que alertou sobre esta situação, não para apurar responsabilidades, mas para arranjar soluções.-----Referiu ainda que uma das soluções que indicou aos SMAS, consiste em remeterem, uma carta informativa sobre esta questão aos habitantes da Ponte do Rol, para os obrigar a fazer as ligações em falta.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* respondeu que iria diligenciar no sentido de os SMAS providenciarem esse serviço e cabia ao autarca, que está perto das pessoas, avisar a população do que se está a passar.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SMAS – UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS:-----

O autarca *Pedro Vasa* lamentou que pela 2.^a vez lhe tenha sido negado por parte dos SMAS máquinas para desbloquear manilhas de saneamento.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que as máquinas têm a ocupação devida, não excluindo a possibilidade da ocorrência de alguma avaria na altura indicada pelo autarca.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÕES: MERCADO PROVISÓRIO E LARGO MARIANA LEAL:-----

O Membro *Hugo Martins* começou por aludir ao período eleitoral que se vive, tendo por base o comportamento do Executivo ao fazer obra, mas obra incompleta.-----Comentou que a Câmara Municipal conseguiu inaugurar o mercado provisório, inacabado, o que é compreensível de certo modo, face à premência da obra. Já a inauguração do Largo Mariana Leal sem estar pronto, só entende por se estar num período pré-eleitoralista.-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse desconhecer se o membro esteve presente nas inaugurações que referenciou, mas como não o viu presume que tenha falado por alguém, tendo naturalmente cometido alguns erros.-----Nesta

sequência esclareceu que tanto o mercado municipal como o largo em causa, foram inaugurados sem faltar obras de grande importância para o seu funcionamento.-----No mercado

faltavam obras nos balneários e no revestimento exterior e no largo faltava substituir os bancos que foram colocados e assim como os grelhadores, dado que a firma não possuía para entrega as cores que pretendiam.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve inicio o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1- APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Junho, Julho Agosto e Setembro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título. Informa que dívida a fornecedores em 23 de Setembro, ascendia a € 3.696.239,29, e saldo de tesouraria €2.456.225,41.-----

-----O membro **Marco Claudino**, questionou a Mesa da Assembleia sobre o ponto de situação das transmissões *online* das sessões, uma vez o mesmo que resultou de uma recomendação aprovada por larga maioria do Órgão Deliberativo.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, informou que solicitou aos serviços esclarecimentos mais precisos e elucidativo do procedimento envolvido e aguarda resposta.-----

-----Teve de seguida o uso da palavra o **Sr. Hugo Martins**, o qual começou por lembrar que na sessão precedente, inquiriu o sobre um erro camarário que custou €125.000 ao município torriense.-----

-----Disse estranhar este comportamento por parte do Presidente da Câmara, porque claramente houve o principio da ocultação ou da não transparência, tão contrária ao mote que tantas vezes esta autarquia publicita.-----

-----Considerou eticamente deplorável que os restantes membros da Vereação e da Assembleia Municipal não tivessem conhecimento desta matéria. Questionou de quem era a responsabilidade e q u e p r o c e s s o existiu.-----

-----Classificou a conduta do edil no mínimo censurável, porque entende que sempre houve seriedade e transparência entre os órgãos autárquicos, e apesar de haver opiniões divergentes em muitos assuntos, há o conhecimento empírico.-----

-----Terminou, indicando que dizer que o assunto podia ser unicamente resolvido por ele não é argumento convincente, devendo ter dado conhecimento do mesmo, porque é assim que qualquer a g e n t e p o l i t i c o d e v e p a u t a r a s u a actuação.-----O Presidente de Junta de

Freguesia de São Pedro e Santiago **Sr. Paulo Bento**, manifestou a sua preocupação com o andamento das obras das escolas da Boavista, Barro e Santa Cruz, as quais estão paradas e não se sabe quando serão recomeçadas.-----Apelou ao Senhor Presidente da Câmara que dê a devida atenção ao problema, o qual não se lhe afigura de fácil resolução, alertando que os prazos para a conclusão destas obras que o edil anunciou na última Assembleia, não serão cumpridos.-----

Prosseguiu lamentando que desde o dia 1 de Janeiro do corrente ano, até á presente data não conseguiu levantar manilhas no armazém camarário, apesar de estar previsto no planeamento anual, tendo sido informado que será assim até final do ano.-----Lamentou ainda que a Câmara não possua este tipo de material para fornecer às juntas, quando há populações onde a autarquia procedeu ao alcatroamento das estradas, e sem este material a junta não pode avançar com o arranjo das respectivas bermas e valetas.-----Nesta sequência, referenciou o avultado valor das obras de arte que a autarquia recentemente colocou, nomeadamente na rotunda do Catefica e no largo frente ao Café Império, para dizer que a Câmara Municipal, no seu entender, não pode gastar milhares de contos com ornamentos quando o que é fundamental para a populações continua por arranjar.-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** interveio para chamar a atenção que a rotunda da Ponte do Rol ainda não foi alvo de intervenção por parte da Câmara.-----Reportou-se à recente atribuição de medalhas no Feriado Municipal, para sugerir que a Câmara equacionasse no próximo ano, atribuir uma medalha ao jogador do Benfica, Miguel Vítor, no seu entender, o torriense de momento mais conhecido em Portugal.-----Mais uma vez registou a sua tristeza por o Ponterrolense ser um dos clubes do concelho com mais tradição nas escolinhas, infantis e iniciados, e presentemente não ter estes escalões de formação, que se deve ao facto de não possuir condições e os atletas preferirem outros clubes.-----O membro **João Bastos**, mais uma vez lembrou o edil sobre a realização de sessões de esclarecimento com os técnicos do concelho sobre os novos procedimentos envolvidos no licenciamento de projectos.-----Referiu que o mês de Setembro, indicado pelo edil como data possível para o efeito, já passou, reafirmando que é vantajoso para ambas as partes a realização destes reuniões, para troca de informações e também dar a conhecer os problemas com que se debatem os utilizadores.-----Aproveitou para dar como exemplo a existência de um requerimento para junção de elementos ao processo, que obriga ao preenchimento e repetição de dados que já constam no mesmo.-----Por fim, solicitou os devidos esclarecimentos sobre o facto de, a seguir ao Verão, ter sido arrancado o alcatrão que tinha sido colocado com as obras da 1.ª fase da Orla Costeira, no passeio marítimo da zona da praia centro

em Santa Cruz.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para prestar alguns esclarecimentos:-----O

Edil começou por reportar-se à intervenção do membro Hugo Martins, manifestando a sua desilusão com a mesma, porque quando soube que ele tinha solicitado o púlpito, julgou que aproveitasse a sessão pública e a presença dos jornalistas para anunciar a sua candidatura à Câmara Municipal, nas próximas eleições.-----Reforçou

que a intervenção que proferiu, pondo em causa a ética, competência e transparência do Presidente da Câmara, só podia ter sido concluída dessa forma.-----Disse que

ter pedido o púlpito para fazer perguntas sobre as quais já sabe a resposta, é no mínimo um acto gratuito, para o que foi uma quebra de tradição da Assembleia Municipal nos últimos 20 anos.-----

Aproveitou para lembrar que quando na última sessão foi questionado sobre o assunto, não omitiu nada, confirmou que era verdade, embora não soubesse dizer qual o montante exacto.-----

Lembrou ainda que a omissão que houve foi de informação aos outros membros do Executivo, mas já prestou essas contas. Assentiu que lhes devia ter dado conhecimento, mas os colegas de Vereação já viram o processo e nada mais questionaram.-----

Frisou que se o membro quiser, pode consultar o processo e depois apontar a sua responsabilidade legal e qual a lei que violou, até porque já passou tempo suficiente para se ter informado sobre este assunto.-----Se teve dúvidas

há mais de um mês tinha obrigação de as ter esclarecido, e hoje vinha apontar as responsabilidades e não questionar de quem era a responsabilidade. Hoje já tinha obrigação de saber se o Presidente tinha ou não competência para decidir. Isto é que é ética na política, transparência e competência de procedimentos.-----Relativamente às escolas,

fez suas as preocupações do autarca Paulo Bento, assegurando que depois de ter constatado que as obras estavam paradas, tinha avisado a administradora da insolvência que, findo o prazo para a conclusão da obra, teriam que tomar providências e encontrar a melhor solução para o problema.-----Sustentou que

difícilmente haverá uma forma mais rápida de tentar chegar com as obras ao fim, no entanto se houvesse hipótese de negociar a sua entrega à Câmara, nomeadamente a Escola do Barro, que está quase terminada, seria uma boa solução e teriam todo o gosto em recebê-la, e acabá-la.-----

-----Quanto à falta de manilhas informou que tem conhecimento que tem havido várias medidas mas que esgotam ocasionalmente. Disse ainda que o autarca sabe que os orçamentos têm diversas rubricas e que as obras de arte citadas estão previstas em rubricas diferentes, das da manilhas, pelo

que não se devem misturar os assuntos, embora sejam discutíveis.-----Trata-se de duas obras de arte que trazem um traço de modernidade à cidade de Torres Vedras e ao concelho, que é uma aposta do Executivo já há algum tempo.-----Aludindo à intervenção do membro João Bastos, disse que o assunto não foi esquecido, concordando que as reuniões devem ter lugar.-----No que se refere aos reparos sobre o licenciamento de obras, também considera alguns procedimentos exagerados, mas os mesmos são exigidos pelo processo de certificação de qualidade, em que a Câmara está envolvida. No entanto iria aferir a possibilidade de, com o auditor, ultrapassar este problema.-----

Quanto ao passeio marítimo, esclareceu que o material aplicado no ano passado era provisório, porque aquele troço ainda ia sofrer obras na 2.ª fase, tendo-se optado por colocar um piso ligeiro para a época balnear de 2007 e 2008, para depois colocar o piso definitivo que será de material drenante. Foi planeado desde o princípio assim acontecer.-----

Por último, reportou-se à questão das medalhas informando que são atribuídas mediante critérios. No entanto teria o maior gosto de, no próximo ano, atribuir medalha ao Miguel Vítor, sinal que ele seria campeão nacional.-----

Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Hugo Martins**, para frisar que não foi sua intenção desrespeitar o Presidente da Câmara. Reafirmou que o edil no seu entender errou eticamente, e como responsável máximo do município tinha toda a responsabilidade e dever de ter informado os colegas de Vereação e até a Assembleia Municipal.-----

Disse ainda que folga em saber que está preocupado com o candidato do Partido Social Democrata à Câmara Municipal.-----

O Sr. Presidente da Câmara, manifestou mais uma vez a sua desilusão com as palavras do membro, porque estava à espera que tivesse pedido novamente a palavra para dizer que é candidato. Com um presidente sem ética, transparência e competência com certeza que teria uma vitória retumbante no município de Torres Vedras.-----

Teceu ainda alguns comentários sobre a questão da ética, em desagrado com as insistência do membro. Por fim reafirmou que quando foi interpelado pelos colegas da vereação, respondeu, e nada mais foi questionado e reiterou que o processo está disponível para consulta.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 2 – ANÁLISE E VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA INSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE, EM CUMPRIMENTO DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI 45/2008, DE 27/08 EM CONJUGAÇÃO COM A ALÍNEA M) DO N.º 2 DO

ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

Presente officio número 16857, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Outubro último, a remeter os estatutos em título para aprovação e autorização à adesão ao CIM Oeste.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara**, justificou o pedido de realização de sessão extraordinária, explicando que em termos de QREN, a contratualização entre a CCDR e as associações de municípios só pode ser efectivada com as comunidades intermunicipais.-----Informou a situação estatutária não difere muito da Comurb e trata-se de um processo acelerado, na medida em que é necessário para utilização dos fundos do Quadro Regional Estratégico Nacional.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** disse que falaria da CIM numa perspectiva mais alargada e de convergência de todos os partidos com assento neste órgão.-----Assim lembrou que quando da sua tomada de posse como presidente da JSD Oeste, afirmou ser sua intenção, levar para a agenda política um debate convergente entre os municípios integrantes dos distritos de Lisboa e Leiria, comissões políticas de secção e distritais dos vários partidos políticos, por forma conseguir, de uma vez por todas, alcançar unidade territorial, jurídica e administrativa em todo o Oeste.-----

Nesta sequência exortou que em conjunto fizessem um debate sério, apartidário, com o fito único de convergir para um verdadeiro Oeste, uma marca única do Oeste.-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que o grupo Municipal do Partido Socialista se congratula com este avanço no processo da constituição da CIM, porque o mesmo corresponde a um modelo de associativismo municipal, no qual se revêem, e na linha da intervenção precedente, acreditam que venha em reforço da afirmação desta sub-região.-----

-----Registou ainda o voto de que o processo tenha tramitação rápida, e que os seus órgão possam funcionar o mais brevemente possível.-----

O membro **Sérgio Jacinto** também se congratulou com a constituição da CIM, que não é mais do que a herdeira da Comurb, embora lamente que tenha demorado tanto tempo.-----

O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** lembrou que o Partido Socialista contestou a legislação introduzida por Isaltino de Moraes e Miguel Relvas, com o qual agora se congratulam. Lembrou ainda que a intenção dessa legislação era boa, e a constituição das NUT beneficiou a possibilidade de terem candidaturas aos fundos comunitários, que de outra maneira não teriam.-----

Manifestou ainda o seu agrado por o Partido Socialista quer a nível de Torres Vedras, quer a nível

nacional, tenha acabado por reconhecer o que trabalho produzido pelo governo anterior era válido.-----

-----O líder da bancada socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho*, manifestou o seu desacordo com esta intervenção. Lembrou o autarca que na oposição em 2002, o PS apresentou um projecto lei, que com mais algumas “vírgulas” veio agora a ser consagrado na lei e é o suporte jurídico das CIM. Não mudou a minha opinião.-----Deu nota

que o associativismo municipal, nesta vertente da contratualização do QREN tem que obedecer à disciplina que o próprio estado português está vinculado, e tinham que ter presente que o sistema de NUT resulta de directiva comunitária. Mal seria se os municípios não se tivessem conformado com esta lógica, sendo aqui que residia a grande fragilidade da chamada “regionalização Miguel Relvas”.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, reconheceu a importância das associações de municípios, embora lamentasse que não é dada igual importância às associações de freguesias.-----

-O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, *Sr. Nozes Pires*, manifestou o voto favorável da sua bancada.-----Frisou que a discussão que o precedeu, nada tinha a ver com o assunto em título, pelo que tinha que questionar se estavam a discutir a regionalização, porque em caso afirmativo votaria contra, esta pseudoregionalização.-----

-----Em resposta o *Sr. José Augusto de Carvalho*, assegurou que estavam a tratar, tão só, dos estatutos dum associação intermunicipal.-----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão à Comunidade Intermunicipal do Oeste e aprovar os estatutos da sua instituição, em cumprimento do n.º 1 do art.º 4.º da Lei 45/2008, de 27/08 em conjugação com a alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

PONTO 3 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2008 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, PROMOÇÕES

DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente officio número 15866, da Câmara municipal de Torres Vedras, de 16 de Outubro último, a remeter os documentos em título, tendo presente as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----Pedi o uso da palavra o *Sr. José Afonso*, o qual começou por dizer que das contas apresentadas pela Promotorres, verificou que é uma empresa dependente de subsídios.-----Relativamente à Câmara Municipal, chamou a tenção para subactividade lactente das contas no 1.º semestre, em relação ao plano aprovado e orçamentado.-----Por último, abordou os documentos dos SMAS, manifestando mais uma vez a sua preocupação, e fazendo um reparo à continuidade de resultados negativos, que neste semestre foram 22% dos respectivos proveitos.-----

Embora compreenda que não há condições políticas para que haja aumento dos proveitos, entende que se deve fazer uma reflexão na área dos custos, e salientou que os fornecedores nos últimos 6 meses aumentaram em mais de 100%.-----**O**

Presidente da Câmara esclareceu que a Promotorres tem uma dependência que se chama Carnaval de Torres, que é a sua actividade deficitária. No entanto entende que os seus custos são mais do que justificados pela promoção que faz do concelho e da região.-----

Quanto à situação da Câmara Municipal esclareceu que se deve às obras em curso, mas era difícil tirar conclusões a meio do ano.-----Fez notar que a situação dos SMAS era conhecida por todos, e a área dos custos tem a ver com a compra da água mais cara do que anteriormente.-----**O**

Sr. José Augusto de Carvalho tomou a palavra para se congratular com a apresentação destes relatórios semestrais, os quais vêm preencher a função essencial da Assembleia em acompanhar a actividade do Executivo, dos seus serviços, de outras actividades e de outras entidades em que o

m u n i c í p i o t e n h a participado.-----Disse ainda estar satisfeito e esclarecido até porque qualquer dos documentos está redigido de forma absolutamente esclarecedora.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente officio número 16818, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30 de Outubro de 2008, a enviar o regulamento em epígrafe.-----

-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** fazendo uma breve apresentação da proposta.-----Salientou que prevê a possibilidade da Câmara poder apoiar no arrendamento habitacional, pessoas com dificuldades de suportar a totalidade de uma renda por um período que não exceda os 5 anos.-----

-----Salientou ainda que o relacionamento é feito com as famílias e não com o senhorio.-----Por último referiu que se trata de área de responsabilidade de segurança social, mas sabendo da necessidade de dar resposta local, é o contributo da autarquia em resposta a estas situações.-----Teve a palavra o autarca **Paulo Bento**, indicando que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, votará a favor do regulamento em discussão.-----Aproveitou para louvar o trabalho feito pela Vereadora do Sector, Dra. Ana Umbelino.-----Disse que esta medida do Partido Socialista de Torres Vedras, vem recompensar de alguma maneira, não só os jovens, que não tiveram direito aos apoios da Porta 65, mas também outros segmentos etários da população.-----Verificou que este apoio não se destina fundamentalmente às pessoas carenciadas, mas a uma classe média baixa, na qual um dos membros do casal fique temporariamente desempregado e precisa desse apoio, porque os que necessitam de uma habitação por tempo prolongado não são abrangidos.-----

-----Por último frisou que é uma medida bem vinda, até porque mercê da governamentação que têm tido ultimamente, e com o que se vai passar nos próximos meses, com empresas a fechar, este apoio vai ser necessário, daí o sentido de voto do Partido Social Democrata.-----A **Sra. Ana Elisa** chamou a atenção para a necessidade da Assembleia Municipal aprovar por unanimidade este regulamento, uma vez que o mesmo cumpre os objectivos essenciais de uma política de solidariedade e integração social, de apoio às famílias mais carenciadas, a qual faz parte do programa eleitoral do Partido Socialista.-----Declarou que o documento lhe parece de fácil leitura, e prevê um método ágil de aplicação e execução rápida, que permitirá responder às necessidades mais urgentes de uma família que vive em situação de grande precariedade habitacional.-----Salientou também que os critérios de atribuição dos apoios estão bem definidos, assim como o critério de fiscalização.-----Por fim manifestou o seu agrado com esta proposta, uma vez que na sua profissão lida diariamente com

situações que envolvem este tipo de dificuldades, e salientou a previsão de se poder prolongar o prazo de 5 anos em casos muito excepcionais.-----

Manifestando uma opinião contrária à do autarca Paulo Bento, interveio o **Sr. Nozes Pires**, dizendo não ter dúvidas que o regulamento em apreço é mesmo para pessoas carenciadas.-----No entanto disse que também é para apoiar a iniciativa privada, e nada tem a ver com a habitação social, tal como disse o colega.-----Assim, espera que a Câmara Municipal venha a ter, a breve prazo, alguma medida complementar à habitação social. Questionou ainda se há uma estimativa quanto ao número de beneficiados que poderá abranger.-----Teve de seguida a palavra a **Sra. Susana Neves** a qual começou por subscrever as palavras da colega Ana Elisa, uma vez que também no seu dia a dia vive este tipo de situações.-----

Proseguiu, dando os parabéns pela elaboração do documento, porque é um incentivo ao arrendamento em substituição ao realojamento em habitação social.-----Sugeriu que ficassem elencados os comprovativos de despesas de saúde e de educação, uma vez que a não clarificação pode gerar diagnósticos sem equidade social. Sugeriu ainda a integração dos comprovativos de despesa de água e luz, como bens de subsistência e de assistência primária.-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, reportando-se à alínea j) do art.º 5.º questionou o que se considera bens próprios.-----No que se refere à alínea k) do mesmo artigo inquiriu se as transferências só podem ser efectuadas por NIB, e se transferir directamente para o carenciado, será a forma mais acertada.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** frisou ter ficado agradavelmente surpreendido com este projecto, não só com uma medida de apoio social mas sobretudo de apoio à família.-----Disse ver com bons olhos, as condições de acesso preverem no seu art.º 4.º que o agregado familiar do candidato tem que ter rendimento que não ultrapassem “per capita” 80 % do salário mínimo nacional, o que define este apoio, à classe média baixa.-----Por fim congratulou-se, porque o documento vem na esteira de uma moção sobre política familiar que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, esperando que muitas mais medidas deste tipo sejam implementados pela autarquia.-----O **Sr. Paulo Bento**, interveio novamente para indicar que era importante aferir ou não se a Câmara deve pagar directamente ao senhorio.-----Seria uma questão de segurança e para salvaguardar o espírito da proposta.-----O Membro **Sérgio Jacinto** também felicitou a Sra. Vereadora Ana Umbelino pelo documento em discussão porque se trata de uma proposta de regulamento muito abrangente.-----Salientou que a família é essencial, nuclear, básica para a evolução e para a constituição de qualquer sociedade e nos últimos

tempos tem havido diversos ataques ao que era a ideia de família tradicional, e tem-se assistido a novas famílias, designadamente, as mono parentais.-----No sentido de melhorar o regulamento, e tendo presente que as transferências por NIB acarretam despesas de manutenção, e atendendo ao tipo de pessoas que se pretende abranger, alertou que talvez não seja esta a melhor forma.-----Aludindo aos valores que correm no mercado de arrendamento na cidade, e tendo presente que o regulamento prevê para o agregado familiar de 1 a renda limite de €300, observou que se trata de um valor muito deflacionado e se não seria mais realista €350 como limite.-----O **Sr. Artur Costa** interveio para chamar a atenção para as instruções de preenchimento, uma vez que a composição do agregado familiar não está bem especificado e de acordo com a alínea a) do art. n.º 2. Considerou o regulamento bem elaborado e vai resolver alguns dos problemas da comunidade torriense.-----Tomou a palavra o **Sr. Francisco Branco** para realçar esta medida social de apoio às famílias carenciadas, acompanhada de uma garantia da Câmara para pagar a renda, o que se traduz também numa dinamização do mercado de arrendamento.-----Defendeu que permitirá aos senhorios recuperar algum património que está degradado, e entende que a Câmara Municipal deve pagar directamente ao senhorio, salvaguardando a sua segurança.-----Tendo presente algumas das intervenções já proferidas a **Sra. Ana Elisa** pediu de novo o uso da palavra para esclarecer que, o facto de o pagamento ser feito ao beneficiário, tem intrínseca a natureza social.-----Fez notar ainda que, regulamentar que a Câmara pague directamente ao proprietário, é incentivar o mercado privado, e não está a assumir um cariz de natureza social, mas a garantir uma transferência monetária àquele proprietário.-----Lembrou que se o arrendatário não pagar a renda, o regulamento estipula procedimentos para tentar recuperar esse montante.-----Terminadas todas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:-----Começou por dar nota que a Câmara Municipal está a trabalhar em dois programas diferentes. O regulamento em discussão, que se refere apenas a apoios a arrendamento temporários, que nada tem a ver com realojamento.-----Não querendo seguir uma política de criação de bairros sociais, o outro programa diz respeito, à criação de uma bolsa de casas, em colaboração com os Presidentes de Junta, que a autarquia possa arrendar ou comprar para realojar pessoas carenciadas, por um período superior.-----Quanto à preocupação expressa pelo Sr. Sérgio Jacinto defendeu que mesmo em Torres Vedras, a

renda proposta de €300 é uma valor possível, mas lembrou que o concelho tem 20 freguesia com 150 lugares, onde as pessoas podem ser alojadas, sem ser só dentro do perímetro urbano da cidade.-----Deu nota que a criação da bolsa de casas para arrendar revelou-se bastante difícil, uma vez que no concelho há poucas casa disponíveis para o efeito.-----Deu nota ainda que tem identificadas 100 famílias carenciadas, umas para realojamento outras para apoio ao arrendamento. Das 100 famílias, 35 necessitam de apoio ao arrendamento.-----No que se refere à questão colocada pelo autarca Pedro Vasa, informou que bens próprios deve ser lido como imóveis urbanos próprios.-----Informou ainda que a não transferência de dinheiro directamente para a família carenciada vai contra os princípios de integração social, defendidos pela Segurança Social. Trata-se de alguém carenciado que tem dignidade, e mesmo que tenha um processo de desintegração tem que se contribuir para a sua integração.-----Mais informou que o art.º 12.º prevê as normas de cessação do subsídio imediatas. Quanto muito a autarquia pode ser prejudicada numa renda e não se vislumbra um hipotético grande prejuízo para a Câmara.-----

---Por último, no que se refere ao preenchimento dos formulários de candidatura esclareceu que é feito presencialmente com o técnico, e essas questões são ultrapassadas.-----De seguida passou-se à votação da proposta de regulamento.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o projecto de Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

----Antes da discussão do ponto seguinte ausentou-se da sala o membro Ana Elisa Pedreira Martins, em observância do dever a que está vinculados nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 4,º da Lei 29/87, de 30.06 e ainda para cumprimento do estipulado no art.º 44.º do CPA.-----

PONTO 5 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL – ALTO DO SEIXINHO – FREGUESIA DA PONTE DO ROL – REQUERIDO POR SANTOS E SANTOS LDA, - PROCESSO DE OBRAS LI 6/2008, EM CUMPRIMENTO NO N.º 3 DO ART.º 130 .º DO PDM EM VIGOR;-----

-----Presente ofício número 16121, da Câmara Municipal, de 20 de Outubro último a informar que a Câmara deliberou considerar a construção em título, de Interesse Municipal, com a condição de, a realocização da empresa ser feita na totalidade; os edificios existentes serem

desmantelados após a respectiva realocização; o edifício para armazém, construído em REN, ser demolido.-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que informou o Executivo já tinha dado interesse municipal a este processo durante a vigência do anterior PDM, e que por vicissitudes várias o requerente não viu a sua pretensão ser aprovada. Depois da entrada em vigor do PDM, em Outubro de 2007 e mantendo o interesse de construir o pavilhão, teve que solicitar novamente a declaração de interesse municipal.-----

----Fez notar que se trata de uma firma da região que quer investir e a Câmara aprovou o interesse Municipal.-----

----Aproveitou para discordar da previsão catastrófica que o Presidente de Junta de São Pedro e Santiago fez numa intervenção anterior em relação ao futuro das empresas do concelho, não obstante concordar que os tempos são difíceis.-----O autarca **Paulo Bento**

manifestou a sua satisfação por, mesmo em tempos difíceis, haver empresas com capacidade e vontade de investir.-----Reportando-se à intervenção do edil, disse que grave não era a sua previsão, mas a realidade das empresas no concelho e no país. No seu entender a Câmara, através do seu Gabinete de Apoio às Empresas devia começar a pensar em soluções para apoiar as que estão em dificuldades.-----

----O **Sr. Nozes Pires** disse que a Coligação Democrática Unitária nada tem contra o alargamento da empresa em causa, mas questionam as razões que a levam a querer instalar-se num local que não é o Parque Industrial.-----O

Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, referiu que a instalação desta unidade industrial está prevista para 51.480 m², o que provavelmente ocuparia todo o parque industrial, além de ter custos muito elevados.-----Reforçou que a localização é

boa, e possuiu boas acessibilidades.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** fez notar que o Grupo Municipal do Partido Socialista vê com bons olhos a realocização da industria em causa, atento ao facto de o actual edifício se localizar em REN. No entanto e tendo presente situações passadas, alertou para a necessidade de ser acautelado que, após a realocização da industria, o edificio seja demolido, para que ninguém se sinta defraudado.-----

----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, começou por esclarecer que há um historial que justifica esta excepção, uma vez que o requerente não conseguiu, durante o PDM anterior ver o seu processo seguir os tramites de modo a instalar esta unidade

industrial.-----

-----Esclareceu ainda que o TVPAR – Parques Empresariais de Torres Vedras não tinha condições para esta pretensão, e apesar de haver mais áreas industriais no concelho o historial da pretensão justifica a declaração de interesse municipal.-----Não se registaram mais intervenções e o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino submeteu à votação a ratificação em título.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 37 votos a favor e 3 votos contra, ratificar a Declaração de Interesse Municipal para construção de pavilhão industrial – Alto do Seixinho – Freguesia da Ponte do Rol – requerido por Santos e Santos Lda, - processo de obras LI 6/2008, em cumprimento no n.º 3 do art.º 130 .º do PDM em vigor.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

-----Voltou a participar dos trabalhos o membro Ana Elisa Pedreira Martins.-----

PONTO 6 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE ATERRO - CASAL DA BOMBARDA – FREGUESIA A-DOS CUNHADOS, REQUERIDO POR BEFESA GESTION DE RESÍDUOS INDUSTRIALES SL – REQUERIMENTO N.º 21834/04, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA H) DO N.º 3 DO ART.º 130 DO PDM EM VIGOR.-----

-----Presente ofício número 16905, da Câmara Municipal, de 3 de Novembro a enviar o processo em título e a informar que a Câmara deliberou considerar a pretensão, de Interesse Municipal, o qual não confere um carácter vinculativo a um futuro licenciamento e tem a validade de um ano e que para o desenvolvimento do processo deverão ser considerados os seguintes pressupostos:-----A não ocupação de áreas de REN, a menos que essa ocupação seja devidamente autorizada pela CCDR-LVT, nos termos do Decreto-Lei 166/08, de 22/08; a sujeição da área à execução de plano de pormenor; garantia de beneficiação da rede viária de acesso ao complexo, com possibilidade de ligação à variante Paio Correia/Santa Cruz; sujeição do projecto a procedimento de PCIP e de AIA, caso seja possível, tendo em conta a capacidade da unidade e produção; deverão ser salvaguardados todos os caminhos públicos que actualmente atravessam o terreno.-----

-----O *Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do processo, o qual tem historial idêntico ao anterior no que se refere à vigência do PDM.-----Salientou que se trata de um processo muito estudado pelo técnicos da autarquia, que contou com a deslocação ao local, assim como a instalações do género, para apreciar a actividade.-----Reforçou que se trata de um operador

novo no concelho, uma firma espanhola, líder de mercado neste tipo de indústria, a qual após, ter tratado de todos os licenciamento externos, se viu confrontada com o Interesse Municipal caducado.-----Deu nota que a empresa dedica-se à indústria de resíduos não perigosos e resíduos inertes, os quais não oferecem, nem perigosidade nem o transtorno de outras que bem conhecem. Trata-se de resíduos de obras, madeiras etc -----Disse que a Câmara Municipal deu o parecer favorável à pretensão porque entendeu que se trata de uma mais valia para o concelho, uma vez que consegue dar resposta numa área para a qual nem no concelho nem na região têm oferta e a procura é diária.-----Concluiu indicando que também aqui estão perante uma firma que quer investir no concelho.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, atentas as características do investimento: aterro de resíduos não perigosos, aterro de resíduos inertes, unidade de classificação de resíduos não perigosos, unidade de tratamento de lixiviados, e enquadrando-se a pretensão numa área de 48ha, e admitindo que o Interesse Municipal seja concedido, disse que o Grupo Municipal do PS entende que se deve constituir uma comissão, que num curto prazo de tempo municie o Órgão Deliberativo, de todos os elementos que achar pertinentes a fim de que nenhuma dúvida lhes subsista, para que a sua deliberação seja a mais fundamentada possível.-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, no seguimento das preocupações que já expressou, e tendo presente que se trata de um investimento para o concelho, focou que era importante terem a coragem de tomar decisões, mas era igualmente importante balizar o tempo de funcionamento da comissão.-----O **Sr. Presidente da Câmara** tomou a palavra para esclarecer que os 48 ha, não são para assustar, mas para proteger, uma vez que há uma parte substancial desta área que é REN, que há que preservar e proteger. Os operadores não precisam mais do que 10 a 15 ha para se instalarem.-----
-----Especificou que este operador tem a “pressa” resultante de 3 anos e não será por mais um mês que se desinteressarão do investimento.-----Assim e atento ao facto de estarem perante um processo que foi profundamente estudado pelos técnicos da Câmara, cuja informação consta no processo, e pode ser facilmente analisada por uma comissão que seja criada, que no seu entender poderá trazer à reunião ordinária de Dezembro um parecer sobre esta matéria.-----Pedi para intervir o membro **Paulo Gonçalves** para questionar o que são lixiviados.-----
-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que os resíduos ao terem contacto com a água provocam escorrências, as quais têm que ser tratadas, e a lei prevê a instalação de uma unidade de tratamento

de lixiviados.-----

----O **Sr. Sérgio Jacinto** inquiriu de que forma é que esta empresa se iria compatibilizar com a Resioeste.-----

----O **Sr. Flores da Cunha** concordou com a intervenção do líder da bancada do Partido Socialista, e indicou que a informação distribuída sobre este ponto não chega, e alguma até lhe suscitou dúvidas.-----

----Deste modo, questionou sobre a escorrência dos lixiviados, uma vez que os terrenos em causa são atravessados por diversas linhas de água, sobre não ser da competência dos serviços pronunciarem-se sobre esta actividade industrial ser técnica economicamente justificável e não tenha um impacte negativo no enquadramento paisagístico e ainda que corresponda a um investimento e s t r a t é g i c o p a r a o

município.-----Inquiriu

também quantos postos de trabalho vai criar.-----O

Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, manifestou o seu desacordo com a proposta de criação de uma comissão, salientando que se trata de uma pretensão, à qual já foi dada um interesse municipal pelo Executivo Camarário, e apenas estavam a cumprir uma previsão legal de uma situação que foi alterada a meio do processo.-----O

Presidente de Junta de Freguesia do Outeiro da Cabeça, **Sr. José Manuel Antunes**, interveio para referir que apesar do Executivo Municipal não ter dúvidas quanto à implementação desta industria no concelho, a Assembleia Municipal deve ter cuidado na sua deliberação. Lembrou que antes da instalação do aterro na freguesia que preside, também se deslocou a diversos aterros sanitários, e nunca sentiu maus cheiros.-----De

seguida tomou a palavra a **Sra. Ana Elisa Martins**, para alertar que na zona de A-dos-Cunhados e Sobreiro Curvo, onde reside, ninguém tem conhecimento deste aterro, o qual ficará localizado a alguns quilómetros das suas casas.-----Assim e

na qualidade de eleita pelas listas do Partido Socialista, e representante máxima do povo, sente-se desconfortável por este assunto não ter sido dado a conhecer à população.-----Entende que as pessoas precisam de ser esclarecidas, precisam de saber que apesar de se chamar aterro, não faz mal à saúde, que o processo foi devidamente analisado, e que podem confiar neles e na política que está a ser implementada.-----

----A Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, **Sra. Ana Cristina Moreira**, salientou que não se trata apenas de confiança nos políticos, mas também nos técnicos que analisaram o processo. Na qualidade de Presidente de Junta, também apreciou o processo assim como o colega Paulo Bento, confiando nos parecer dos técnicos quer da autarquia quer da CCDR envolvidos.-----Deste modo, tomarão as devidas responsabilidades e a comissão poderá

responder tecnicamente ao que for questionado pela população, a qual tem que ser informada e assegurada de que nada será violado na freguesia de A-dos-Cunhados ou na de S. Pedro e Santiago ou em todo o concelho, para onde espera que este investimento venha.-----

Terminadas todas as intervenções o *Sr. Presidente da Câmara* fez alguns esclarecimentos:-----Começou por referir novamente que a decisão do Executivo foi tomada com base nos pareceres devidamente esmiuçados dos técnicos, de que resultou informações positivas no sentido desta indústria não causar incomodo local, nem causar qualquer impacto negativo.-----Lembrou também que no período que mediou o agendamento na Assembleia Municipal, a CCDR, entidade licenciadora, já apreciou o processo e emitiu parecer favorável.-----No entanto, considera legítimo que a Assembleia Municipal queira analisar o processo num espaço mais curto, sendo importante que assumisse o compromisso de entregar o relatório na sessão ordinária de Dezembro, uma vez que os promotores estão disponíveis para dar toda a informação e se for caso, acompanhar a comissão a deslocações a instalações similares.-----No que se refere às questões colocadas, esclareceu que há complementaridade entre esta indústria e a Resioeste, e o Eng.º Damas que acompanhou o processo, é favorável ao mesmo.-----Dirigindo-se ao membro Flores da Cunha, lembrou que as sessões da Assembleia Municipal são convocadas com alguns dias de antecedência, para que os membros possam analisar e se necessário consultar os processos agendados, os quais se encontram disponíveis nos serviços, sendo também possível solicitar o acompanhamento de um técnico para esclarecer e tirar dúvidas.-----Esclareceu que ter impacto negativo ou não na paisagem só vai ser aferido quando se chegar à fase de apreciação do projecto. É estratégico para o concelho, dado que vai acrescentar uma indústria que não existe não só no concelho, mas também na região.-----Quantos ao postos de trabalho, disse não ter a certeza mas tinha a ideia que seriam de 40 num primeiro momento.-----

-----Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação a criação da comissão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 39 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções a proposta para a criação de uma comissão da Assembleia Municipal para análise do processo, de modo a ser presente novamente para deliberação deste órgão, na próxima sessão ordinária.-----

-----Depois de alguma discussão sobre a composição da comissão, e tendo-se chegado a um consenso, passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 41 votos a favor e 1 abstenção que a comissão seja constituída do seguinte modo: 1 representante do Partido Socialista, 1 do Partido

Social Democrata, 1 da Coligação Democrática Unitária, e os Srs. Presidente de Junta de Freguesia de A - d o s - C u n h a d o s e de S ã o P e d r o e Santiago.-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----Anota-se ainda que o Presidente da Mesa solicitou que Grupos Municipais indicassem os seus representantes de modo a tomarem posse na próxima segunda-feira, dia 17 de Novembro.-----

PONTO 7 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO FILEIRA FLORESTAL DO OESTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

Presente ofício número 16817, da Câmara municipal, de 30 de Outubro, a solicitar a autorização acima

identificada.-----O

Sr. Presidente da Câmara fez uma breve apresentação da associação, a qual tem por objectivo a implementação do 1.º sistema de gestão florestal sustentável a nível regional em Portugal, certificar a área florestal da região Oeste e criar valor para a floresta da região.-----

-----Deste modo pretendem gerir melhor o território e melhorar a sensibilização que é feita às pessoas que trabalham e investem na floresta.-----

-----A *Sra. Laura Rodrigues* interveio para dar o aval do Grupo Municipal do Partido Socialista, tendo em conta que se trata de uma fileira de carácter regional, com o patrocínio da AMO, e que tem como objecto social certificação da floresta em toda a região Oeste.-----Salientou que é uma associação em fileira que vai agregar todos os intervenientes da actividade, desde o produtor até aos que comercializam.-----

-----Por último deixou a sugestão de num próximo Boletim Municipal, ou na Exposição do Presidente da Câmara fosse incluído um relatório sobre a actividade do Gabinete Florestal da Câmara, que vai muito para além da prevenção de fogos florestais.-----

----- Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação.-----A Assembleia Municipal, deliberou, por

unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Fileira Florestal do Oeste, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes

na sala 41 membros.-----

PONTO 8- AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO EDEN – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO HIDROGÉNIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA

ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente officio número 13705, da Câmara municipal, de 8 de Setembro, a solicitar a autorização acima

identificada.-----O

Sr. Presidente da Câmara informou que se trata de uma associação com sede no concelho, que tem por objecto a promoção de acções de apoio ao desenvolvimento da economia do hidrogénio, tendo a associação sido parceira da autarquia.-----O

Sr. Joaquim Gomes pediu o uso da palavra para expressar o voto favorável da Coligação Democrática Unitária a esta adesão, uma vez que entende que as energias limpas devem substituir as energias poluidoras, e a Câmara Municipal, caso adira, não deve ser um mero espectador, mas **p r o m o v e r a m e l h o r i a e a q u a l i d a d e a m b i e n t a l** no concelho.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que,

Torres Vedras, em termos desta energia é uma referência e é provavelmente o único concelho do país que tem equipamento a funcionar a hidrogénio. Não estão no bom caminho, Torres Vedras é o caminho.-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à

votação do assunto.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Eden – Associação para a promoção do hidrogénio, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 40 membros.-----

A P R O V A Ç Ã O D A A C T A E M
MINUTA:-----Tendo sido pedido pelo

Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no **t e x t o d e f i n i t i v o**.

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01.05 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

